UAlg
UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Paulo Manuel Roque Águas

Assinado de forma digital por Paulo Manuel Roque Águas
Dados: 2022.05.27 18:08:28 +01'00'

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO N.º 08-2022 UALG

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA FISIOTERAPIA, POR LOTES

Índice Geral

UNIVERSIDADE DO ALGARVE 1

ÍNDICE GERAL 2

CAPÍTULO I **4**

DISPOSIÇÕES GERAIS **4**

CLÁUSULA 1.ª 4
OBJETO DO CONTRATO 4
CLÁUSULA 2.ª 4
ENTIDADE ADJUDICANTE 4
CLÁUSULA 3.ª 4
GESTOR DO CONTRATO 4
CLÁUSULA 4.ª 4
FORMA E DOCUMENTOS CONTRATUAIS 4
CLÁUSULA 5.ª 5
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 5

CAPÍTULO II **5**

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS **5**

SECÇÃO I 5
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO 5
CLÁUSULA 6.ª 5
OBRIGAÇÕES GERAIS DO ADJUDICATÁRIO 5
CLÁUSULA 7.º 6
CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA 6
CLÁUSULA 8.º 6
ACEITAÇÃO DOS BENS 6
CLÁUSULA 9.ª 6
DEVER DE SIGILO 6
CLÁUSULA 10.ª 7
PROTEÇÃO DE DADOS 7
SECÇÃO II 7
OBRIGAÇÕES DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE 7
CLÁUSULA 11.ª 7
PREÇO CONTRATUAL 7
CLÁUSULA 12.ª 7
PREÇO BASE DO PROCEDIMENTO 7
CLÁUSULA 13.ª 8
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO 8

CAPÍTULO III **8**

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO **8**

CLÁUSULA 14.ª 8
PENALIDADES CONTRATUAIS 8
CLÁUSULA 15.ª 9
FORÇA MAIOR 9

CLÁUSULA 16.ª 10
RESOLUÇÃO POR PARTE DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE 10
CLÁUSULA 17.ª 10
RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO 10
CAPÍTULO IV **10**
CAUÇÃO **10**
CLÁUSULA 18.ª 10
CAUÇÃO 10
CAPÍTULO V **10**
DISPOSIÇÕES FINAIS **10**
CLÁUSULA 19.ª 10
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS - FORO COMPETENTE 10
CLÁUSULA 20.ª 10
CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL 10
CLÁUSULA 21.ª 11
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES 11
CLÁUSULA 22.ª 11
CONTAGEM DOS PRAZOS 11
CLÁUSULA 23.ª 11
DIREITO APLICÁVEL 11
ANEXO I **12**
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS **12**
LOTE 1: **12**
LOTE 2: **13**
PASSADEIRA BAROMÉTRICA **13**
LOTE 3: **14**
ESCADAS E RAMPA MODULARES **14**
LOTE 4: **15**
LOTE 5: **18**
LOTE 6: **19**
LOTE 7: **19**
REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS **20**

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto do Contrato

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a a aquisição de equipamento para fisioterapia, por lotes, conforme descrito no **Anexo I** (Especificações Técnicas), que para todos os efeitos faz parte do presente Caderno de Encargos.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos Contratos Públicos, CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 de 28 de novembro de 2007, o presente procedimento tem a seguinte classificação: 33155000-1– Aparelhos para fisioterapia.

Cláusula 2.ª

Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é a Universidade do Algarve, pessoa coletiva de direito público com o NIF 505 387 271, sita no *Campus* da Penha, Estrada da Penha, 8005-139 Faro, com o número de telefone (+ 351) 289 800 106 e com o endereço eletrónico: contratacaopublica@ualg.pt . Horário de funcionamento: Dias úteis, das 9:00 horas às 12:30 horas e das 14:00 horas às 17:30 horas.

Cláusula 3.ª

Gestor do Contrato

Para a gestão do Contrato, por parte da entidade pública contratante, foi designado o Doutor Luís Pedro Vieira Ribeiro, Diretor da Escola Superior de Saúde, cujo endereço eletrónico é: lpribeiro@ualg.pt .

Cláusula 4.ª

Forma e documentos contratuais

1. O contrato será reduzido a escrito nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
3. Fazem parte integrante do Contrato os seguintes documentos:
   a) Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
   c) O presente Caderno de Encargos e anexos;

d) A Proposta Adjudicada;
e) Os esclarecimentos à Proposta Adjudicada, prestados pelo Adjudicatário.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e as cláusulas do Contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, (doravante designado abreviadamente de CCP), e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º deste mesmo código.

Cláusula 5.ª

Prazo de vigência do Contrato

O contrato produz efeitos, vinculando as partes, até à conclusão do fornecimento e instalação dos bens adjudicados, em conformidade com os respetivos termos e condições previstos no Caderno de Encargos e o disposto na Lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, nomeadamente a garantia dos bens.

CAPÍTULO II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do Adjudicatário

Cláusula 6.ª

Obrigações gerais do Adjudicatário

1. O Adjudicatário obriga-se a executar o objeto do Contrato com absoluta subordinação aos princípios de ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, de acordo com a adjudicação.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas do contrato, decorre para o Adjudicatário a obrigação de fornecer os bens de acordo com as condições de fornecimento definidas nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
3. Constituem ainda obrigações do Adjudicatário:
   a) Apresentar os documentos de habilitação a que está obrigado, nos termos do artigo 81.º do CCP;
   b) Fornecer os bens conforme os requisitos técnicos, funcionais e ambientais mínimos, níveis de serviço e condições do fornecimento definidos neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
   c) Obrigação de prestar assistência técnica a todos os equipamentos sem quaisquer encargos adicionais para a entidade adjudicante, com as deslocações ou mão-de-obra, durante o prazo da garantia;
   d) Fornecer e instalar os equipamentos adjudicados, que lhe forem solicitados, nas instalações da Universidade do Algarve, a indicar oportunamente na nota de encomenda, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias;

e) Comunicar antecipadamente à entidade adquirente os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adquirente;

f) Não alterar as condições do fornecimento dos bens previstos neste Caderno de Encargos;

g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

Cláusula 7.º

Conformidade e garantia técnica

Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

Cláusula 8.º

Aceitação dos bens

1. Caso os bens objeto do contrato, estejam em conformidade com as exigências do Caderno de Encargos e disposições gerais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características definidas, deve a UALG informar o Adjudicatário da aceitação dos bens do contrato.
2. No caso de haver bens que não estejam em conformidade a UALG deve declarar, por escrito, expressamente, quais os bens que não aceita.

Cláusula 9.ª

Dever de sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Universidade do Algarve, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do Contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos à Universidade do Algarve.

5. A atividade desenvolvida pelo adjudicatário e respetivos empregados ou colaboradores, no âmbito do presente procedimento, independentemente do vínculo contratual que possuam com o Adjudicatário, encontra-se sujeita à aplicação do RGPD e legislação conexa.

Cláusula 10.ª

Proteção de Dados

Caso realize alguma operação de tratamento de dados pessoais no âmbito do objeto deste procedimento, o Adjudicatário obriga-se a cumprir com o enquadramento jurídico geral da Lei de Proteção de Dados existente em Portugal e o quadro jurídico especial do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), em vigor a partir de 25 de maio de 2018, aceitando expressamente regular esta questão conforme estabelecido no Anexo «Conformidade com o RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados» a este procedimento concursal e que dele faz parte integrante.

Secção II

Obrigações da Universidade do Algarve

Cláusula 11.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Universidade do Algarve deve pagar ao Adjudicatário, o preço da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço inclui todas as despesas que o concorrente prevê realizar no fornecimento, como despesas com deslocações, alimentação, alojamento, despesas de aquisição, transporte, acondicionamento, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço não será sujeito a qualquer atualização, variação ou alteração até ao termo da vigência do contrato.

Cláusula 12.ª

Preço Base do Procedimento

Pela aquisição dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Universidade do Algarve, deve pagar ao Adjudicatário o preço de acordo com a proposta adjudicada, o qual não pode exceder para a totalidade dos fornecimentos que constituem o objeto do contrato, o montante global de **€ 155.700,00 (cento e cinquenta e cinco mil e setecentos euros)**, distribuídos da seguinte forma por lotes:

- ✓ Lote 1 – Dinamómetro Isocinético com Eletromiografia- Preço base: € 77.500,00 (setenta e sete mil e quinhentos euros);
- ✓ Lote 2 – Passadeira Barométrica- Preço base: € 14.900,00 (catorze mil e novecentos euros).
- ✓ Lote 3 – Escadas e Rampa Modulares- Preço base: € 1.400,00 (mil e quatrocentos euros).
- ✓ Lote 4 – Prova de Esforço Cardiopulmonar- Preço base: € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros).

- ✓ Lote 5 – Equipamento de terapia combinada de ultrassons e correntes- Preço base: € 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta euros).
- ✓ Lote 6 – Equipamento de terapia combinada de ultrassons, correntes e laser- Preço base: € 4.200,00 (quatro mil e duzentos euros).
- ✓ Lote 7 – Sistema Análise de Gases Portátil- Preço base: € 9.850,000 (nove mil oitocentos e cinquenta euros).

Cláusula 13.ª

Condições de pagamento

1. A entidade adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento do preço dos fornecimentos que lhes sejam efetuados.
2. O preço dos fornecimentos a prestar à entidade adjudicante é o que resultar do disposto no Caderno de Encargos e da proposta apresentada pela entidade fornecedora.
3. As quantias devidas pela Universidade do Algarve, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas após a receção pela Universidade do Algarve das respetivas faturas, nos termos do n.º 4 do artigo 299.º do CCP, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
4. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a emissão da comunicação de aceitação pela Universidade do Algarve.
5. A Universidade do Algarve reserva-se no direito de não aprovar as faturas quando estas não respeitem o contrato ou o presente Caderno de Encargos.
6. Em caso de discordância por parte da Universidade do Algarve, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, no prazo máximo de 10 dias, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. As faturas deverão ser emitidas em nome da Universidade do Algarve, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo especificar:
   a) Número do contrato;
   b) Número da nota de encomenda/compromisso;
   c) Descrição dos bens fornecidos;
   d) Valor respetivo dos bens, com discriminação das respetivas taxas praticadas.
8. A faturação está sujeita ao disposto no artigo 299.º B do Código dos Contratos Públicos.
9. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 14.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
   a) Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das datas e prazos de resposta, até 10% do preço contratual;

b) Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento da obrigação das demais obrigações emergentes do presente caderno de encargos até 5% do preço contratual;

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, a Contraente Público pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço executado.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 15.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente: sismos, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
   a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
   b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
   c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
   e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções, se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
   f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
   g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª

Resolução por parte da Universidade do Algarve

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do Contrato previstos na Lei, a Universidade do Algarve pode resolver o Contrato, a título sancionatório, sem formalidades, exceto a notificação pelo correio, sob registo ou fax, no caso do Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos casos previstos no artigo 333.º do CCP.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do Adjudicatário

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário pode resolver o Contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

CAPÍTULO IV

Caução

Cláusula 18.ª

Caução

O valor da caução não é exigível, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Cláusula 19.ª

Resolução de litígios - Foro competente

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, ambas as partes outorgantes estão de acordo em procurar dirimir amigavelmente todas as divergências respeitantes ao contrato.

Cláusula 20.ª

Cessão da posição contratual

O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem a prévia autorização da entidade adjudicante; existindo autorização deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.

Cláusula 21.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito e por meio de carta com aviso de receção.

Cláusula 22.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP.

Cláusula 23.ª

Direito aplicável

Em tudo o que não se encontre expressamente previsto nas cláusulas deste Caderno de Encargos e respetivos Anexos os quais são parte integrante do Caderno de Encargos, aplicam-se as disposições constantes do CCP e restante legislação aplicável.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE 1:

Dinamómetro Isocinético com Eletromiografia

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

As especificações base obrigatórias para o Dinamómetro Isocinético com Eletromiografia a propor, deverão ser as seguintes:

Dinamómetro Isocinético versão de 64Bits com Sistema de Eletromiografia

Isocinético Concêntrico – velocidade reg. até 500º/seg. – Torque 678nm.

Isocinético Excêntrico - velocidade reg. até 500º/seg. – Torque 678nm. Isométrico – Torque 678nm. Isotónico – Torque 678nm. CPM (movimento passivo) - velocidade mínima

4 Modos de resistência: Modo Isocinético, Modo Isométrico, Modo Isotónico, Modo Passivo;

Software de uso intuitivo em ambiente Windows, com cumputador dedicado;

Base de memória com mais de 20000 testes de referência às articulações do joelho e ombro permitindo estabelecer padrões de referência e comparação;

Software inclui a capacidade de medir a propriocepção da seguinte forma: limiar para deteção de movimento passivo do segmento, reprodução de posição articular do segmento e reprodução de uma velocidade articular definida e integrar a eletromiografia;

Sobreposição de gráficos e curvas para análise de evolução;

Capacidade de produzir relatórios e gráficos a personalizar pelo utilizador, permitindo fácil e rápida interpretação;

Possibilidade de configuração de relatórios para impressão, associação a base de dados ou envio por e-mail;

Computador integrado reduzindo a área total de instalação e permitindo o fácil acesso a todos os componentes;

Saída auxiliar permitindo o fácil acesso a sinais analógicos de torque, posição e velocidade para trabalho conjunto com outros sistemas periféricos como EMG;

Sistema de eletromiografia, com pelo menos oito sensores e modulo ativador, com software dedicado que possibilite a integração no Isocinético.

Acessórios incluídos permitindo mais de 22 exercícios isolados, envolvendo as articulações de Joelho, Ombro, Punho, Anca, Cotovelo, Tronco.

LOTE 2:

Passadeira Barométrica

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

As especificações base obrigatórias para o Passadeira Barométrica a propor, deverão ser as seguintes:

Passadeira Barométrica: Cinta de correr com sensores para análise de marcha e corrida (estática, dinâmica e estabilometria)
Dimensões: 206.5x89x157cm
Peso: 130kg
Número de sensores: 10.000m2
Temperatura de trabalho: 0-55º
Pressão máxima: 150 N/cm2
Velocidade máxima: 22km/h
Incrementos de velocidade: 0.1 km/h
Frequência. 200 Hz
Ciclo de vida dos sensores: 1000000 ciclos
Software FresStep 2.0 Professional, para estudos baropodometria em estática e dinâmica. Inclui o seguinte software:
Software FS 2.0 para estudos de Estabilometria/Podometria
Software FS 2.0 para análise com Videografia
Software FS 2.0 One Touch Stamp para impressão
Software FS 2.0 Videosinc sincronização de câmara
Software FS 2.0 Reportes de gráficos de eficiência

Câmara Alta Velocidade para estudos de baropodometria 720P-120FPS (2 unidades)

LOTE 3:

Escadas e Rampa Modulares

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS
As especificações base obrigatórias para as Escadas e Rampa Modular a propor, deverão ser as seguintes:
As escadas e rampa modular são compostas por três módulos:

1. ESCADA MODULAR DE 2 DEGRAUS
- Estrutura em tubo de aço rectangular;
- Pintura Epoxy;
- 2 Degraus em termolaminado envernizado e revestidos a tela anti-derrapante;
- Barras de apoio reguláveis em altura (600 a 1050mm);
- Cada degrau tem 210mm de altura;
- Peso: 19Kg;
- Medidas: 490 x 600mm;

2. ESCADA MODULAR DE 3 DEGRAUS
- Estrutura em tubo de aço rectangular;
- Pintura Epoxy;
- 3 Degraus em termolaminado envernizado e revestidos a tela anti-derrapante;
- Barras de apoio reguláveis em altura (600 a 1050mm);
- Cada degrau tem 150mm de altura;
- Peso: 24Kg;
- Medidas: 725 x 600mm;

3. PLANO INCLINADO / RAMPA
- Estrutura em tubo de aço rectangular;
- Pintura Epoxy;
- Com rampa em madeira envernizada e revestida a tela antiderrapante;
- Barras de apoio reguláveis em altura (600 a 1050mm);
- Peso: 37Kg;
- Medidas: 2110 x 600mm;

LOTE 4:

Prova de Esforço Cardiopulmonar com passadeira e cicloergómetro

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

As especificações base obrigatórias para o **Prova de Esforço Cardiopulmonar com passadeira e cicloergómetro** a propor, deverão ser as seguintes:

• Precisão na medição (braço giratório permitindo uma menor distância entre o paciente e o analisador);
• Monitores Posicionados verticalmente permitindo observação simultânea e confortável do ECG e da Análise de Gases;
• Sincronização entre o software de ECG e o de análise de gases;
• Seringa e garrafa de calibração posicionadas ergonomicamente para um maior conforto;
• Menor resistência ao fluxo uma vez que o medidor não contem partes móveis;
- Carro com PC e 2 monitores
- Software para realização de Prova de Esforço Cardio-respiratórias
- Software para realização de Prova de Esforço Convencional
- Software para realização de ECG de repouso
- ECG de ligação sem fios (Wi-Fi) de 12 derivações
- Exportação de Relatório para PDF
- Impressora Laser A4
- Manuais de utilização
- Ligação ao tapete ou a Ciclo ergómetro/ Bicicleta
• Analisador de Gases com sensores de O2 e de CO2
• Software de análise de gases
• 12x Medidores de fluxo PinkFlow;
• 2 x Adaptadores PinkFlow para máscara Oro-Nasal V2,
• Adaptador para medidor de fluxo (para realizar FVC, SVC e Testes MVV),
• Módulo de ambiente (T-H-P),
• Seringa de calibração,
• Máscaras Oro-Nasal V2 (tamanho S e M),
• HeadGear (Fitas para prender a máscara) M / S;
• 50 bocais para espirometria,
• Cabo de comunicação para PC
• 2x conversor RS232 / USB
• 1x Clip nasal
• Carro de suporte com braço para 2 monitores

Sistema avançado para aquisição Wireless de 12 derivações de ECG de repouso e Provas de esforço;
• Software de uso intuitivo;

• Incorporação na plataforma CardioPoint;
• Gravação integral do registo;
• Protocolos pré-definidos (Balke, Chung, Bruce, Naughton, Ellestad, etc.);
• Memorização de protocolos personalizados;
• Diagnóstico avançado do segmento ST;
• Mapa ST para deteção de isquémia;
• Módulo QT para análise do risco de morte súbita cardíaca do paciente;
• Scoring de risco (Prognóstico do Paciente e Probabilidade de Doença Coronária);
• Modo de interpretação;
• Visualização em tempo real dos 12 canais e possibilidade de parar o sinal para revisão da prova durante o decorrer da mesma;
• Tendências/inclinação de HR, ST, PA e da carga;
• Controlo de carga automático e manual;
• Indicador de aplicação de eléctrodos;
• Previsão de carga máxima;
• Mudar para função de rampa;
• Compasso calibrador para medições de intervalo manual;
• Possibilidade de impressão durante a monitorização;
• Deteção e análise de arritmias;
• Configuração do relatório final;
• Suporte automático de medição Pressão Arterial (PA) e SPO2 (Opcional);
• Comunicação wireless entre o ECG e o computador;
• ECG com possibilidade de exportação para iPAD;
• SDS, algoritmo de deteção de morte súbita segundo os critérios de Seattle - opcional para ECG de repouso;
• Sensibilidade 2.5, 5, 10, 20mm/v;
•Tempo base 5, 10, 12.5, 25, 50mm/seg;
• Potencial Max. +/- 300mv;
• Filtros de ajuste principais: 50-60Hz; Derivação: 0.05, 0.25, 0.6Hz; Myo: 20, 25, 35, 90Hz;
• Acessórios standard: 1x BTL Flexi, 1x cabo de paciente p/ peito de 6 saídas (mola), 1x cabo de paciente p/ membros de 4 saídas (mola), 1x elétrodos de ECG autoadesivos, 1x dongle Wi-Fi,

Tapete para provas de esforço:
• Superfície de corrida: 65 x 190 cm;
• Faixa de velocidade: 0-32 km/h;
• Ângulo de inclinação: 0-22%;
• Incrementos mínimos de inclinação: 0.50%
• Aceleração e desaceleração precisas;
• Peso máximo: 200 kg
• Controle preciso da velocidade com aumentos de 0,1km/h;
• Estrutura robusta com corrimãos laterais;
• 2 Botões para paragem de emergência;
• Sistema de alinhamento da tela rolante;

• Silencioso;
• Sistema de absorção de impacto;
• Fácil manutenção;
• Dimensão: 252x96x115 cm
• Peso: 245 kg
Ergómetro:
• Sistema de travão: travão controlado por microprocessador
• Carga: 20 - 999 Watt, aceleração independente
• Precisão: de acordo com DIN VDE 0750-238
• Velocidade: 30 - 130 rpm
• Ajuste do volante: inclinação: 360°
• Ajuste da altura do assento, contínuo, automático: para altura de corpo de 120 – 210cm; ajuste do assento no eixo longitudinal.
• Peso do paciente: (máx.) 160kg
Unidade de Controlo
• Ecrã: LCD (128 x 64)
• Ecrã do paciente: rpm (LED)
• Teclado: teclado de membrana
Programas de Prova de Esforço
• Programáveis pelo utilizador: 10
• Programa pré-definidos (ex. WHO, Hollmann, etc.): 5
• Ajuste de carga: manual
Interface
• Digital (RS-232, USB)
• Interface analógico (carga)
• Inicio remoto (início de pulso para gravadores de ECG)
Parâmetros
• Dimensões: max. (L x W x H) 90cmx40cmx133cm
• Peso: 64kg
• Alimentação: 90 - 230 V (100 VA máx.)
Módulo de pressão arterial não invasiva AUTOMATICO COM MÓDULO SPO2:
Análise precisa e confiável do som-K;
Compatível com o software BTL CARDIOPOINT ERGO de prova de esforço;
Auscultadores para verificação dos sons Korotkoff;
Braçadeira Orbit-K™ com um microfone integrado para medições precisas de BP;
Preparação simples do paciente;
Medição de SpO2
Aplicação simples com indicadores pictóricos, indicadores de alcance e artéria;
Acessórios standard: braçadeira orbit-K de adulto, auscultadores, cabo de paciente, cabo de ligação a PC, conversor USB, cabo de alimentação, sensor de SpO2.
Medidor automático da PA;

• Compatível com o software BTL CARDIOPOINT ERGO de prova de esforço;
• Sem cabo ECG de paciente adicional;
• Acessórios Standard: Braçadeira de Adulto, Cabo de comunicação PC, conversor RS232/USB, cabo de alimentação
Máscara oro-nasal V2 7450• Tamanho L – 2 unidades
Máscara oro-nasal V2 7450• Tamanho M – 2 unidades
Máscara oro-nasal V2 7450• Tamanho S – 2 unidades
Máscara oro-nasal V2 7450• Tamanho XS – 1 unidade
Máscara oro-nasal V2 7450• Tamanho P – 1 unidade
Suporte para máscara Oro-nasal V2 7450• Tamanho L
Suporte para máscara Oro-nasal V2 7450• Tamanho M/S
Suporte para máscara Oro-nasal V2 7450• Tamanho XS/P

LOTE 5:

Equipamento de terapia combinada de ultrassons e correntes

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

As especificações base obrigatórias para o e**quipamento de Terapia Combinada de Ultrassons, e Correntes** a propor, deverão ser as seguintes:
2 Canais de electroterapia + 1 canal de ultra-sons
Ecrã toutchscreen
Galvânicas, diadinâmicas, sequências programáveis, Traebert, farádica, neofarádica, estimulação Russa, estimulação por impulsos, impulsos rectangulares, TENS, NPHV, 2 e 4 pólos interferenciais, impulsos triangulares, impulsos exponenciais, impulsos exponenciais com ascensão, impulsos combinados, impulsos trapezoidais;
Modos de Corrente Constante e Voltagem Constante;
Cabeça ergonómica multifrequência de 1/3Mhz de 1 e 3 Mhz simultâneo 5cm²;
Frequência Modular: 10-150Hz;
Factor de trabalho: 5-95%;
Potencia max. 3W/cm em modo pulsado;
Potencia max. 2W/cm em modo contínuo
Suporte de rodado incluído

LOTE 6:

Equipamento de Terapia Combinada de Ultrassons, Correntes e Laser

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

As especificações base obrigatórias para o e**quipamento de Terapia Combinada de Ultrassons, Correntes** e **Laser** a propor, deverão ser as seguintes:
2 Canais de electroterapia + 1 canal de ultra-sons + 1 canal de laser;
Galvânicas, diadinâmicas, sequências programáveis, Traebert, farádica, neofarádica, estimulação Russa, estimulação por impulsos, impulsos rectangulares, TENS, NPHV, 2 e 4 pólos interferenciais, impulsos triangulares, impulsos exponenciais, impulsos exponenciais com ascensão, impulsos combinados, impulsos trapezoidais;
Modos de Corrente Constante e Voltagem Constante;
Cabeça ergonómica multifrequência de 1/3Mhz e 1 e 3Mhz simultâneo de 5cm²;
Frequência Modular: 10-150Hz;
Factor de trabalho: 5-95%;
Potencia max. 3W/cm em modo pulsado;
Potencia max. 2W/cm em modo contínuo
Laser: sonda de 200mW/830nm
Emissão contínua e pulsada;
Dosagem: 0.1-99.0 J/cm²;
Frequência: 0-10000Hz;
Área de tratamento: 0.1-50cm²;
Factor de trabalho: 10-90%;
Suporte com rodas incluído

LOTE 7:

Equipamento Sistema Análise de Gases Portátil

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

As especificações base obrigatórias para o Sistema Análise de Gases Portátil a propor, deverão ser as seguintes:

- • Dispositivo análise da respiração,
- • Duas máscaras (S/M , M/L),
- • 3 filtros anti-virus,
- • Colete de suporte para utilização no exterior,
- • Cabo de carregamento USB,
- • Polar H10 Heart Rate Monitor,
- • Dois Pack sBateria 8-Hour,
- • Estojo de armazenamento do equipamento,
- • Uso ilimitado telemovel/tablet app,
- • Uso ilimitado Cloud de armazenamento.

ANEXO ÚNICO

CONFORMIDADE COM O RGPD

REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS

Introdução. Definições no quadro do RGPD e da LPDP

1.NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Toda e qualquer norma jurídica aplicável no âmbito da proteção de dados pessoais e da segurança da informação pessoal, seja de carácter internacional ou comunitário, seja de carácter nacional, tal como, designadamente, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a Lei de Proteção de Dados Pessoais e outra Legislação Complementar vigente no ordenamento jurídico.

2.RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

«Responsável pelo tratamento», a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

3.SUBCONTRATANTE

«Subcontratante», uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes.

Cláusula 1ª

(Conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)

1. Cada uma das Partes deve atuar em conformidade com todas as normas vigentes no ordenamento jurídico nacional em matéria de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, normas essas designadas doravante por NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, cumprindo com as respetivas obrigações.

2. A NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS abrange todo e qualquer tipo de norma vigente e aplicável no ordenamento jurídico nacional bem como toda e qualquer interpretação ou decisão de uma entidade administrativa ou jurisdicional nas referidas matérias e toda e qualquer recomendação, código de conduta ou mecanismo de certificação vigente e aplicável emitido por uma autoridade de supervisão.

Cláusula 2ª

(Responsável pelo tratamento e subcontratante)

No âmbito do Contrato celebrado entre a Universidade do Algarve e a SUBCONTRATANTE, ambas as partes acordam que, em matérias de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, a Universidade do Algarve será a entidade responsável pelo tratamento e a SUBCONTRATANTE, será a SUBCONTRATANTE, de acordo com as definições e os termos gerais constantes da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Cláusula 3ª

(Medidas técnicas e organizativas)

A SUBCONTRATANTE deve implementar e executar as medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento satisfaça os requisitos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, assegurando a defesa dos direitos do titular dos dados e assumindo os custos pela implementação dessas medidas, como partes integrantes dos serviços objeto do Contrato.

Cláusula 4ª

(Sub-subcontratação)

1. A SUBCONTRATANTE não está autorizada a contratar outro subcontratante sem que a responsável pelo tratamento tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral.

2. Existindo uma autorização geral por escrito, a SUBCONTRATANTE deve informar a responsável pelo tratamento de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratantes, dando assim à responsável pelo tratamento a oportunidade de se opor a tais alterações.

3. Se a SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da responsável pelo tratamento, são impostas a esse outro subcontratante, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas neste contrato, devendo obter garantias por parte deste de que cumprirá as obrigações da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

4. Se a SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da responsável pelo tratamento, e se esse outro subcontratante não cumprir as suas obrigações em matéria de proteção de dados, o subcontratante inicial continua a ser plenamente responsável, perante o responsável pelo tratamento, pelo cumprimento das obrigações desse outro subcontratante.

5. Se a SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta do responsável pelo tratamento, o contrato deve ser feito por escrito, incluindo em formato eletrónico.

Cláusula 5ª

(Termos de vinculação)

O tratamento de dados pessoais no âmbito das relações de subcontratação entre as partes é regulado por este contrato, ficando a SUBCONTRATANTE vinculada à responsável pelo tratamento nos termos estabelecidos no Apêndice quanto ao objeto e à duração do tratamento, à natureza e finalidade do tratamento, ao tipo de dados pessoais e às categorias dos titulares dos dados, e às obrigações e direitos do responsável pelo tratamento.

Cláusula 6ª

(Tratamento segundo instruções)

1. A SUBCONTRATANTE trata os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas da responsável pelo tratamento.

2. O tratamento a efetuar pela SUBCONTRATANTE deve ser realizado nos termos definidos no Apêndice [Condições Contratuais do Tratamento de Dados], de acordo com as revisões e atualizações periódicas, por escrito, de que este seja objeto, bem como outro qualquer tratamento que venha a ser notificado pela Universidade do Algarve à SUBCONTRATANTE, no âmbito do contrato.

Cláusula 7ª

(Circulação e transferência de dados pessoais)

A SUBCONTRATANTE não está autorizada, sem que a responsável pelo tratamento tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral e, neste caso, cumpridas que sejam as respetivas instruções, a proceder à transferência de dados pessoais para entidades terceiras, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigada a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeita, informando nesse caso a responsável pelo tratamento desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público.

Cláusula 8ª

(Compromisso de confidencialidade)

A SUBCONTRATANTE deve assegurar que os colaboradores, trabalhadores ou pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

Cláusula 9ª

(Medidas de segurança)

1. A SUBCONTRATANTE deve adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos, de probabilidade e gravidade variável, para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

2. Entre outras, a SUBCONTRATANTE deve aplicar as seguintes medidas, consoante o que for adequado:

a) medidas de pseudonimização e de cifragem dos dados pessoais;

b) medidas para assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;

c) medidas para restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico;

d) processos para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.

3. A SUBCONTRATANTE deve proceder à avaliação da adequação do nível de segurança, devendo ter em conta, designadamente, os riscos apresentados pelo tratamento de dados que esteja a realizar.

4. A SUBCONTRATANTE deve proceder à implementação de todas as medidas necessárias para prevenir a destruição, perda e alteração acidentais ou ilícitas, a divulgação ou ao acesso não autorizados, de dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento no âmbito deste contrato.

Cláusula 10ª

(Conformidade dos colaboradores ou trabalhadores)

1. A SUBCONTRATANTE é responsável por garantir a conformidade da atividade de todos os seus colaboradores ou trabalhadores com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

2. A SUBCONTRATANTE deve garantir a implementação das medidas de segurança necessárias à respetiva conformidade, estando obrigada a celebrar acordos de confidencialidade enquadrados em contratos escritos com esses colaboradores ou trabalhadores.

3. Sempre que seja necessário para a realização de operações de tratamento de dados pessoais inerentes a este contrato, a SUBCONTRATANTE garante o consentimento, nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, de todos os seus colaboradores ou trabalhadores.

4. A SUBCONTRATANTE deve adotar as medidas consideradas adequadas para garantir a fiabilidade do tratamento dos dados pessoais pelos seus colaboradores e trabalhadores, sendo responsável em proceder à formação adequada destes para garantia da atividade em conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Cláusula 11ª

(Assistência à responsável pelo tratamento)

1. Assistência na resposta ao exercício dos direitos dos titulares:

Tendo em conta a natureza do tratamento, a SUBCONTRATANTE presta assistência à responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos em matéria de proteção de dados pessoais previstos na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, registando e notificando à responsável pelo tratamento, no prazo de dois dias úteis, quer todos os pedidos dos titulares dos dados pessoais, quer as reclamações ou quaisquer outros pedidos relacionados com as obrigações das partes em matéria de conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

2. Assistência nas notificações ou comunicações de violação de incidentes de dados pessoais:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, a SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de este assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de notificações ou comunicações de violação de dados pessoais.

3. Assistência na realização de avaliações de impacto:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, a SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de esta assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de realização de avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais.

4. Assistência na realização de consultas prévias:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, a SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de esta assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de consultas prévias às autoridades de supervisão.

Cláusula 12ª

(Conservação dos dados)

1. A SUBCONTRATANTE deve cumprir com os prazos exigidos pela NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS para conservação dos dados pessoais, devendo seguir as instruções gerais ou especiais da responsável pelo tratamento nessa matéria.

2. Consoante a escolha da responsável pelo tratamento, a SUBCONTRATANTE deve apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros.

Cláusula 13ª

(Dever de prestar informações)

1. A SUBCONTRATANTE deve disponibilizar à responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de proteção de dados pessoais e de segurança da informação.

2. Em especial, a SUBCONTRATANTE deve informar imediatamente a responsável pelo tratamento se, no seu entender, alguma instrução violar o presente regulamento ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

Cláusula 14ª

(Auditorias e inspeções)

A SUBCONTRATANTE deve permitir ou facilitar todas as auditorias ou inspeções, conduzidas pela responsável pelo tratamento ou por outro auditor por esta mandatado, que sejam consideradas necessárias no âmbito deste contrato, assumindo a responsabilidade pelo pagamento dos custos acrescidos associados a essas auditorias ou inspeções sempre que sejam detetadas desconformidades da sua exclusiva responsabilidade.

Cláusula 15ª

(Tratamento sob a autoridade da responsável pelo tratamento)

A SUBCONTRATANTE ou qualquer pessoa que, agindo sob a sua autoridade, tenha acesso a dados pessoais, não procede ao tratamento desses dados exceto por instrução da responsável pelo tratamento, salvo se a tal for obrigado por força do direito da União ou dos Estados-Membros.

Cláusula 16ª

(Registos das atividades de tratamento)

1. A SUBCONTRATANTE e, sendo caso disso, os seus representantes ou subcontratantes, deve conservar um registo de todas as categorias de atividades de tratamento realizadas em nome e por conta da responsável pelo tratamento.

2. Deste registo deverá constar:

a) O nome e contactos da SUBCONTRATANTE ou subcontratantes, bem como, sendo caso disso do representante da responsável pelo tratamento ou do subcontratante e do encarregado da proteção de dados;

b) As categorias de tratamentos de dados pessoais efetuados em nome de cada responsável pelo tratamento;

c) Se for aplicável, as transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais, incluindo a identificação desses países terceiros ou organizações internacionais e, no caso das transferências referidas no artigo 49.º, n.º 1, segundo parágrafo, do RGPD, a documentação que comprove a existência das garantias adequadas;

d) Se possível, uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas no domínio da segurança referidas no artigo 32.º, n.º 1, do RGPD.

3. O registo é efetuado por escrito, incluindo em formato eletrónico.

4. A SUBCONTRATANTE e, caso existam, os seus subcontratantes devem disponibilizar, a pedido, o registo à responsável pelo tratamento bem com à autoridade de controlo nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Cláusula 17ª

(Dever de cooperação)

A SUBCONTRATANTE deve cooperar com a responsável pelo tratamento sempre que haja necessidade de proceder a respostas aos pedidos da autoridade de controlo, no âmbito da prossecução das suas atribuições.

Cláusula 18ª

(Dever de notificação de uma violação de dados pessoais)

1. A SUBCONTRATANTE deve implementar um sistema de gestão de incidentes em matéria de dados pessoais e de segurança da informação.

2. Em caso de violação de dados pessoais, a SUBCONTRATANTE deve notificar desse facto a responsável pelo tratamento, sem demora injustificada e, sempre que possível, até 12 horas após ter tido conhecimento da mesma, a menos que a violação dos dados pessoais não seja suscetível de resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

3. Se a notificação não for transmitida no prazo de 12 horas, deve ser acompanhada dos motivos do atraso.

4. A notificação referida deve, pelo menos:

a) Descrever a natureza da violação dos dados pessoais incluindo, se possível, as categorias e o número aproximado de titulares de dados afetados, bem como as categorias e o número aproximado de registos de dados pessoais em causa;

b) Comunicar o nome e os contactos do encarregado da proteção de dados ou de outro ponto de contacto onde possam ser obtidas mais informações;

c)Descrever as consequências prováveis da violação de dados pessoais;

d)Descrever as medidas adotadas ou propostas pela SUBCONTRATANTE para reparar a violação de dados pessoais, inclusive, se for caso disso, medidas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos;

5. Caso, e na medida em que não seja possível fornecer todas as informações ao mesmo tempo, estas podem ser fornecidas por fases, sem demora injustificada.

6. A SUBCONTRATANTE deve documentar quaisquer violações de dados pessoais, compreendendo os factos relacionados com as mesmas, os respetivos efeitos e a medida de reparação adotada, disponibilizando essa documentação à responsável pelo tratamento.

Cláusula 19ª

(Responsabilidade e indemnizações)

A SUBCONTRATANTE deve indemnizar a responsável pelo tratamento por quaisquer danos causados resultantes de dados pessoais, pela sua atuação ou pela atuação de um qualquer seu subcontratado, quer esses danos sejam decorrentes da violação dos termos deste contrato, quer esses danos sejam decorrentes da violação dos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Cláusula 20ª

(Gabinete de Proteção de Dados)

Para o exercício de qualquer tipo de direitos de proteção de dados e de privacidade ou para qualquer assunto referente aos temas da proteção de dados, privacidade e segurança da informação, os Utilizadores, Destinatários do serviço e Clientes ou Subcontratantes da Universidade do Algarve podem entrar em contacto com o Gabinete de Proteção de Dados através do correio eletrónico rgpd@ualg.pt , descrevendo o assunto do pedido e indicando um endereço de correio eletrónico, um endereço de contacto telefónico ou um endereço de correspondência para resposta.

APÊNDICE

CONDIÇÕES CONTRATUAIS DE TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

1. Objeto do Tratamento

Operações de tratamento de dados pessoais necessárias à aquisição de equipamento para fisioterapia, por lotes e a SUBCONTRATANTE, celebrado em [LOCAL], em [DATA] (doravante o Contrato).

2.Duração do Tratamento

Duração do tratamento enquanto o Contrato entre a Universidade do Algarve e a SUBCONTRATANTE, estiver em vigor.

3.Natureza e Finalidade do Tratamento

Operações de tratamento de dados pessoais realizadas para prossecução das seguintes finalidades contratuais: Aquisição de equipamento para fisioterapia, por lotes, com as funcionalidades descritas nas especificações técnicas do Caderno de Encargos.

4.Tipos de Dados Pessoais

Todos os tipos de dados que sejam considerados dados pessoais nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

5.Categorias dos Titulares dos Dados

Operações de tratamento de dados pessoais realizadas sobre as seguintes categorias: Aquisição de equipamento para fisioterapia, por lotes, com as funcionalidades descritas nas especificações técnicas do Caderno de Encargos.

6.Instruções de Tratamento

A SUBCONTRATANTE, deve implementar e executar todas as medidas de segurança que sejam consideradas adequadas para garantir a proteção dos dados pessoais, comprometendo-se em particular a:

a) Impedir o acesso de pessoas não autorizadas ao equipamento utilizado para o tratamento;
b) Impedir que os suportes de dados sejam lidos, copiados, alterados ou retirados sem autorização;
c) Impedir a introdução não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer inspeção, alteração ou apagamento não autorizados de dados pessoais conservados;
d) Impedir que os sistemas de tratamento automatizado sejam utilizados por pessoas não autorizadas por meio de equipamento de comunicação de dados;
e) Assegurar que as pessoas autorizadas a utilizar um sistema de tratamento automatizado só tenham acesso aos dados pessoais abrangidos pela sua autorização de acesso;
f) Assegurar que possa ser verificado e determinado a organismos que os dados pessoais foram ou podem ser transmitidos ou facultados utilizando equipamento de comunicação de dados;
g) Assegurar que possa ser verificado e determinado a posteriori quais os dados pessoais introduzidos nos sistemas de tratamento automatizado, quando e por quem;

h) Impedir que, durante as transferências de dados pessoais ou o transporte de suportes de dados, os dados pessoais possam ser lidos, copiados, alterados ou suprimidos sem autorização;
i) Assegurar que os sistemas utilizados possam ser restaurados em caso de interrupção;
j) Assegurar que as funções do sistema funcionem, que os erros de funcionamento sejam assinalados (fiabilidade);
k) Assegurar que os dados pessoais conservados não possam ser falseados por um disfuncionamento do sistema;
l) Assegurar a encriptação de todos os dados pessoais que estiverem armazenados ou transferidos num ambiente sem controlo físico ou fora do sistema de controlo de acesso físico ou lógico; e,
m) Proceder à transmissão de informação de ficheiros via SFTP, serviços web ou correio eletrónico encriptado com palavra-chave.

Para além destas condições gerais, são aplicáveis todas as medidas que estão previstas no Contrato ou em outros instrumentos contratuais celebrados entre as partes para efeitos de tratamento de dados pessoais.